



## CURSOS DE CAPACITAÇÃO DOCENTE NA MODALIDADE A DISTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, UMA SOLUÇÃO

Catia Luciane Carvalho <sup>1</sup>

---

### RESUMO

Este trabalho foi apresentado para ao SENAC EAD, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a distância. O Projeto do Curso de Capacitação Docente para a Educação Profissional na Modalidade a Distância pauta-se na importância e na necessidade da formação continuada dos professores que atuam na Educação Profissional, assim como fornecer aos mesmos um agradável encontro com as Tecnologias da Informação. Este curso objetivou oportunizar uma Capacitação aos professores que atuam na Educação Profissional, levando em conta, fatores como: gerência do seu tempo, deslocamento de seus locais de residência e vontade em atualizar-se. Com uma metodologia utilizada onde contempla atividades presenciais e a distância, sendo um encontro presencial, no início com abertura e aula inaugural, um trabalho final de avaliação e o restante a distância, utilizando-se de um portal com textos e ferramentas síncronas e assíncronas para a interatividade professor e aluno. A avaliação dos participantes será processual, contínua e formativa, constituída durante todo o processo do curso, e levará em consideração os 4 módulos. Em cada módulo, será usada a Metodologia Baseada em Problemas - ABP. A carga horária total do curso será de 80 horas, divididas em 04 módulos de 20 horas cada contemplando a Aula Inaugural e Atividade de Avaliação Final. Ao todo o curso contará com um período de 4 meses. Cada módulo terá 20 horas, divididos em 4 semanas de 5 horas cada um, essa metodologia foi determinada em função dos referenciais teóricos citados no decorrer do TCC e tomados como ponto de partida da proposta pedagógica do curso e dos objetivos pretendidos no mesmo. A importância de tal curso pauta-se na atualização para o desempenho de suas atividades.

**Palavra-chave:** Formação continuada. Educação a distância. Ensino profissionalizante.

### ABSTRACT

This work was presented to the SenacEAD, as a partial requirement to obtain the title of Specialist in Distance Education. The Design Course Teacher Training for Vocational Education in distance mode is guided on the importance and need for continuing training of teachers working in Vocational Education, as well as provide them a pleasant encounter with Information Technology. This course aimed possible a Training teachers to work in Professional Education, taking into account factors such as: management of your time, shifting from their places of residence and willingness to upgrade yourself. With a methodology which includes classroom activities and distance, being a physical meeting, beginning with the opening and inaugural class, a final evaluation work and the remaining distance, using a portal with texts and synchronous and asynchronous tools for interactivity teacher and student. The evaluation of participants will be procedural, continuous and formative, formed during the process of the course, and will take into account the 4 modules. In each module, will be used to Problem Based Methodology - ABP. The total course load is 80 hours, divided into 04 modules of 20 hours each contemplating the Inaugural Class and Activity Final Evaluation. The entire course will have a period of 4 months. Each module will have 20 hours divided in 4 weeks 5 hours each, this methodology was determined based on the theoretical references cited in the course of CBT and taken as the starting point of the educational proposal of the course objectives and desired the same. The importance of such a course is guided in the update for the performance of its activities.

**Keywords:** Continuing education. Distance education. Vocational education.



A escola contemporânea busca caminhos para responder aos desafios da nossa época, na qual rápidas, intensas e significativas mudanças científicas e tecnológicas impõem novas exigências às relações humanas, educativas e profissionais.

A educação profissional, que no passado foi uma proposta destinada às classes menos favorecidas, hoje pode responder melhor à intensidade das demandas que se apresentam ao jovem, colaborando com sua vida pessoal e profissional.

A formação dos professores que atuam na educação profissional, também é muito limitada para que o mesmo consiga desenvolver práticas pedagógicas de significância. Há uma necessidade, nem sempre percebida pelo mesmo, de conhecer as situações e os problemas que originaram os conhecimentos, o que ocorreu de transformações ao longo do tempo e a visualização das situações e problemas que o aluno vem sentindo em relação aos conteúdos desenvolvidos.

Para que seja despertado no aluno o desejo de aprender e “aprender a aprender”, o professor tem a necessidade de problematizar o conteúdo. O professor em sala de aula, tem a obrigação de conhecer muito bem o seu conteúdo que será desenvolvido e relacionar com situações cotidianas, despertando com isso, o interesse do seu aluno.

A didática deve assumir um papel significativo na formação continuada do professor e não simplesmente reduzir-se ao ensino de meios para desenvolver um processo de ensino-aprendizagem. Deverá contribuir para uma prática educativa de sólidos saberes, tendo a contribuição do aluno.

A necessidade constante de atualizar o professor, vem sendo discutida em várias instâncias. Uma delas surge na educação continuada de professores, proposta deste trabalho. Professores de todos os níveis e áreas de ensino repensando seus métodos de dar aula, de ensinar, de transmitir ou trocar informações.

Queremos provocar nosso professor, pois de um papel passivo ante os conhecimentos a serem transmitidos, transformar em um processo de professor ativo. Nosso aluno, por vezes, sente necessidade de individualização de processos, de tratamentos. A atenção as diferenças individuais passam a ter papel de destaque.



Queremos com este curso, provocar de maneira inicial nosso docente, para que o mesmo sinta-se incomodado com sua situação. Queremos que desperte nele a vontade de aprender e que o mesmo traga toda esta situação incômoda para a sala de aula, debatendo novas formas de transmissão de conhecimentos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Muito fala-se em Educação a distância, mas o que vem a ser este termo tão particular para uns e desconhecido para outros? Podemos dizer que trata-se de um processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias da informação em ambientes físicos que separam professores de alunos. Ou ainda separação física de tutores e aprendizes interligados por tecnologias como a Internet, porém não podemos esquecer o rádio, a televisão, o vídeo e tecnologias semelhantes que de certa forma são uma forma de fazer educação a distância.

Tem se falado muito também em ensino a distância, optei aqui por usar o termo educação a distância por ser um termo mais abrangente. Segundo Maroto (1995) ensino fala em treinamento, instrução, transmissão de informações, enquanto educação é a estratégia básica da formação humana, isto falando em aprender a aprender, criar, inovar, construir conhecimento, participar. Educação nos remete a um estado grupal, à uma sociedade que convive em harmonia, com laços entre os indivíduos reforçados no dia-a-dia.

Temos hoje, no que tange aos vários modelos, a educação presencial, onde todo o processo ensino-aprendizagem se dá nos modelos tradicionais de professor e aluno juntos no mesmo espaço físico e interagindo no momento temporal do acontecimento dos fatos, é o ensino convencional. Há a educação semi-presencial, onde parte desta, ocorre quando alunos e professor não estão separados pelo espaço físico e uma parte desta educação ocorre de maneira virtual ou a distância; e ainda a educação a distância onde todo o processo entre professor/tutor e alunos ocorre de maneira virtual. A educação a distância pode ou não ter momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com separações de espaços físicos, juntos apenas pelas tecnologias da comunicação.



A educação a distância pode ser realizada no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Tem vários autores que defendem que seu uso é mais adequado para a educação de adultos, principalmente para alunos que já tem experiência consolidada de aprendizagem individual, profissional ou cursos de graduação anteriores.

Fora do Brasil, há instituições de educação a distância que são especializadas somente em modelos a distância como é o caso da Inglaterra e Espanha que possuem instituições somente nesta modalidade. No Brasil, a maior parte das Instituições que oferecem cursos a distância, já tem seu mercado consolidado na oferta de cursos presenciais.

As tecnologias da comunicação conectam pessoas que estão separadas pelo espaço físico. Podemos ter professores e alunos compartilhando determinadas aulas, um professor em espaço físico separado partilhando de uma aula com sua imagem e voz de um outro professor. Com isto há uma troca importante de saberes, possibilitando a cada professor a colaboração de seus conhecimentos específicos, em um processo único de construção do saber.

O conceito de aula também passa por um processo de mudança. Hoje entende-se por sala de aula, um espaço físico predeterminado, onde professor e alunos partilham deste. Com o uso do espaço virtual, não temos essa demarcação do território nem tampouco um tempo determinado. Esse espaço e tempo são flexíveis. O professor se vale de tecnologias interativas para receber e responder as mensagens dos alunos, fomentar as discussões e alimentar os debates criados através dos fóruns criados.

Entendo hoje que cada vez mais vamos falar de aulas virtuais, mesmo nos cursos presenciais, uma parte será de maneira virtual, usando as tecnologias da informação, os fóruns, chats, ambientes virtuais e tudo que o mundo digital nos proporciona. A presença do professor, é indispensável, pois há necessidade de alguém que faça a ponte deste processo, seja o elemento integrador disto tudo.

## **HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**



A formação de professores vem sendo discutida em vários níveis principalmente em relação às políticas públicas. É uma preocupação que se evidencia nas reformas que, ao longo do tempo, vêm sendo implementadas na política de formação docente bem como nas investigações e publicações da área e nos debates acerca da formação inicial e continuada dos professores.

Constitui elemento fundamental para se atingir os objetivos visados pela educação, uma vez que é o professor que, na sua prática, operacionaliza as grandes linhas propostas pelas reformas educacionais. Estas, por sua vez, devem estar adaptadas à realidade presente na sociedade em que se inserem. No Brasil, porém, nem sempre se respeitou a vinculação da tríade: professor / escola / sociedade.

Alves N. (2011), traz muito bem esta questão quando nos diz que o conhecimento é uma busca permanente, ele é prático, pois se dá graças a experiência prática do sujeito que nela se relaciona permanentemente com o objeto. Por outro lado, admitimos que o conhecimento é social: a inter-relação dialética sujeito-objeto só é possível, no que se refere à construção do conhecimento, na complexa e variada trama das relações dos homens com outros homens. Por fim, entende que o conhecimento é histórico, construído pelos homens através dos tempos, em uma luta incessante pela apreensão do objeto, em um “longo e difícil caminho da ignorância ao conhecimento”, em um processo que, como a própria prática social, vai do pensamento complexo ao pensamento mais complexo.

Fazendo um contraponto com a autora citada, significa que o conhecimento é um processo de construção contínua, pois este jamais é dado como algo acabado. Não existe portanto, verdade absoluta, pois acreditar nisto significa acreditar em um conhecimento finito.

Os estudos sobre a história da educação do Brasil, em particular sobre a formação de professores, referem, com frequência, a influência estrangeira que a permeou. Desde 1549, quando os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, os princípios cristãos cultivados em Portugal vieram justificar cada momento da educação no Brasil.

Mais tarde, os primeiros professores brasileiros receberiam uma formação baseada nos clássicos antigos, voltada a padrões da sociedade europeia cristã que privilegiavam a



formação de representantes da Companhia de Jesus. Essa formação, constituía a primeira e marcante influência externa na formação de professores.

Na Europa, no fim do século XVII, Jean Baptiste de La Salle rompe com essa tradição das congregações religiosas ao decidir fundar um instituto de leigos que se dedicará às escolas de caridade, ensinando rudimentos de ler, escrever e contar, em francês e não em latim, aos mais pobres.

Em termos legais, a Constituição da República de 1891 instituiu o sistema federativo de governo e consagrou a descentralização do ensino. Para tanto, de acordo com o artigo 35, inciso III, competia à União o direito de “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” e, consoante o inciso IV, “prover a instrução secundária no Distrito Federal” (BRASIL, 1892, apud REIS FILHO, 1981).

A Constituição, omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino primário, delegava aos estados e aos municípios a competência para legislar e prover esse nível de ensino, obrigando-os a difundir a instrução mediante a disseminação das escolas primárias, sob as bases de um regime livre e democrático. Exigia-se também que o ensino público fosse leigo.

A trajetória percorrida mostra que, ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas ainda não encontrou um encaminhamento satisfatório.

## **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO ATUAL**

Na escola de hoje, que deve dar conta das competências necessárias ao que o indivíduo precisa para a vida, é muito importante ter a possibilidade legal de cursar simultaneamente o Ensino Médio regular e o Curso Técnico de nível médio, em distintos períodos de aulas, concluindo em três anos, se não houver qualquer pendência, os dois cursos integrais e de qualidade. Também é possível fazer um curso técnico em partes, frequentando módulos, bem comum nas escolas de educação profissionais, cada um dos



quais fornecendo certificações parciais que, ao longo do curso, dependendo das disciplinas cursadas, dão direito ao ingresso imediato do aluno no mercado de trabalho.

A Lei Federal nº 9394/96, a Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresenta um novo paradigma para a Educação Profissional: ela deve conduzir o cidadão "ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva", intimamente "integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia" (Artigo 39).

Isto muda o entendimento tradicional de Educação Profissional como algo simples, um instrumento de uma política assistencialista, ou mesmo como algo linear de ajustamento às demandas do mercado de trabalho. Este novo enfoque situa a Educação Profissional como importante estratégia para que os alunos, em número cada vez maior, tenham acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Muda-se aqui o paradigma da formação profissional centrado apenas na preparação para a execução de um determinado conjunto de tarefas, na maior parte das vezes, de maneira rotineira e burocrática. A nova educação profissional requer, para além do domínio das técnicas apenas, e sim um modo novo do ser/fazer.

A educação profissional de nível técnico, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 16/99, abrange a habilitação profissional e as correspondentes especializações e qualificações profissionais. Para os aprendizes, torna-se efetiva a possibilidade através do Parecer CNE/CEB nº 17/97, de cumprimento da aprendizagem também no nível técnico da educação profissional, considerando-se a flexibilidade preconizada na atual legislação educacional.

Isso tudo, possibilita que o jovem, antes de ingressar na faculdade, seja confrontado com várias opções de mercado e tenha condições de optar por esta formação em nível médio, na qual, de maneira complementar e flexibilizada, possa realizar uma educação permanente, que atenda às exigências da almejada sociedade do conhecimento, onde a informação é a força que move o desenvolvimento.

O Ensino Médio não se limita então, a ser simplesmente uma etapa intermediária, a ser aquele ensino que prepara o aluno para o vestibular, mas também aquele que forma profissionais competentes, cuja atuação é bastante valorizada neste mundo pós-industrializado, que está reorganizando radicalmente o mercado de trabalho visando atender a demandas até então inéditas.



Se por um lado a escola de hoje tem dificuldade de acompanhar a velocidade deste tempo de mundialização da economia, da cultura, do trabalho, da vida, por outro, essa situação exige mais e melhor educação; necessariamente contextualizada, de qualidade, que instrumentalize o ser humano para o convívio em sociedade, para o mundo da cultura, do trabalho, dos meios de comunicação, da cidadania, dos desafios pessoais e coletivos. E o ensino técnico definido como uma modalidade complementar e articulada à educação básica, apresenta abordagens e aspectos promissores.

Se o início da formação profissional no Brasil registra somente decisões circunstanciais especialmente destinadas a “amparar os órfãos e desvalidos da sorte”, assumindo um caráter assistencialista que tem marcado seu percurso, hoje, uma das condições para o acesso ao mercado é, justamente, ter boa formação profissional. E esta, como uma estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à convivência desejável e à tomada de decisões.

A educação profissional no contexto atual exige uma formação geral sólida, com embasamento para a vida em sua plenitude, à qual venha somar-se qualificação especial em estreita e rigorosa cooperação com as exigências do mundo de trabalho, onde triunfarão aqueles que estiverem melhor qualificados.

## **EDUCAÇÃO CONTINUADA**

Se fossemos definir o termo Educação Continuada, no Decreto-Lei nº 5.622, de 20/12/2005, teríamos no seu Art. 1º: Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.





Tentando conceituar o termo, dentro da nossa realidade, poderíamos definir como uma estratégia. Empresas usam o termo Educação Continuada como forma de potencializar suas estratégias de mercado e aumentarem sua competitividade neste. Conhecimentos adquiridos na formação ou mesmo adquiridos ao longo do tempo com experiências profissionais, jamais são perdidas, mas torna-se essencial para a manutenção do mercado de trabalho, acompanhar as mudanças.

Estudos que consideram a escola como espaço privilegiado de formação continuada de professores procuram estudar esta instituição de uma perspectiva mesossocial, considerando as organizações escolares como instituições que adquirem uma dimensão própria, enquanto espaços organizacionais onde se tomam importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas, que vão além do que é imposto pelo sistema de ensino (macro) e do que é vivenciado no cotidiano da sala de aula (micro). (Nóvoa, 1992)

A formação continuada encontra o seu espaço nas necessidades pedagógicas, conforme afirma Libâneo (2004, p. 227) ...a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas.

O conjunto dos conhecimentos anteriores, as experiências profissionais adquiridas e o acompanhamento das mudanças cotidianas, é o que podemos chamar de Educação Continuada. Este processo, ocorre de várias formas, reuniões, instruções outrotas de experiências entre colaboradores. É necessário tornar isto uma estratégia eficaz de aprimoramento constante, e obter registro destas ações.

Nessa dimensão, a formação continuada aparece associada à um processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sua rotina de trabalho e em seu cotidiano escolar. Parece haver uma insuficiência na formação inicial destes professores, mesmo em se tratando de nível superior. A educação continuada vem para, senão sarar, ao menos amenizar este quadro.

Na LDBEN 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no título “Dos profissionais da educação”, podemos observar pelo menos três artigos destinados a



fundamentar a formação inicial e continuada de professores. Isto demonstra a preocupação com o tema e a tentativa de sanar a lacuna existente entre a formação inicial e a vivência diária da sala de aula.

Segundo Rêgo (2011, p. 41), “quando o homem modifica o ambiente através de seu próprio comportamento, essa mesma modificação vai influenciar seu comportamento futuro”. Nesta colocação, há nitidamente a integração dos aspectos biológicos e sociais do indivíduo. Com a educação não é diferente, ao mesmo tempo em que o homem, através da educação transforma o meio em que vive, ele transforma a si próprio e aos demais ao seu redor.

As funções psicológicas inerentes ao ser humano, tem origem no contexto em que o mesmo está inserido. O desenvolvimento mental e intelectual, não depende exclusivamente de heranças genéticas e sim, sofrem influências do meio em que o indivíduo vive, das relações estabelecidas deste com os demais da sua espécie.

Alguns cursos de formação, no entanto, não são referenciais de qualidade, o que pode vir a ocasionar uma deformação da concepção de formação continuada, considerando-a uma forma de corrigir problemas da má formação inicial; é o que sinaliza o relatório Delors (1998) ao afirmar que “a qualidade do ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores do que pela sua formação inicial”. Nessa mesma perspectiva, na década de 1980, veicularam-se inferências no sentido de que a formação de professores em certos países não tinha incidências positivas sobre o sucesso escolar. Assim, recomendou-se que ao invés de cursos universitários fossem oferecidas várias modalidades de treinamento, pois o treinamento aumentaria a eficácia pedagógica, sobretudo após alguns anos de experiência no ensino.

Contraopondo-se a essa concepção Cury (2004) aponta a importância da formação continuada sem, no entanto descuidar da formação inicial. Segundo ele a formação inicial não é algo que deve ser desqualificada apenas e tão somente porque as exigências da modernidade fazem com que a formação continuada seja indispensável para todos. A formação inicial é a pedra de toque e o momento em que se dá efetivamente a profissionalização. E a profissionalização qualificada e atualizada é o elo entre as duas modalidades de formação. Portanto, é preciso ensaiar a formação docente (inicial e



continuada) como momentos de um processo contínuo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação da identidade, da profissionalidade e da profissionalização do professor.

No que tange à formação continuada, a LDB define no inciso III, do art. 63, que as instituições formativas deverão manter “programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”. Além de estabelecer no inciso II, art. 67, “que os sistemas de ensino deverão promover aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Tal perspectiva amplia o alcance da formação continuada, incluindo os cursos de pós-graduação por meio da qualificação inicial e continuada dos trabalhadores da educação.

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei n.10.172/2001), ao estabelecer os objetivos e metas para a formação inicial e continuada dos professores e demais servidores da educação, enfatiza que se faz necessário criar programas articulados entre as instituições públicas de ensino superior e as secretarias de educação, de modo a elevar o “padrão mínimo de qualidade de ensino”.

Nesse sentido, o professor, como profissional da educação, faz jus a um plano de carreira, condições de trabalho e formação inicial e continuada, objetivando a produção de uma educação de qualidade. Além disso, a mesma Lei estabelece normas para a “gestão democrática do ensino público na educação básica” e, no artigo 15, determina que os sistemas de ensino assegurem “às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público”.

O professor, como profissional da educação, a quem compete participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, zelar pela aprendizagem dos alunos, participar efetivamente do planejamento e das avaliações das atividades escolares e de articulação com a comunidade, deve também ser sujeito de seu próprio desenvolvimento profissional. Isto é, compete a este profissional participar ativamente dos programas, projetos e ações de formação continuada que visam qualificar o trabalho docente. Para garantir o cumprimento a essas orientações legais compete aos sistemas de ensino instituir políticas voltadas à garantia das condições de trabalho dos profissionais da educação.



Ao MEC cabe, em regime de colaboração com as secretarias de Estados e Municípios estabelecer uma política nacional de formação continuada. Tal política certamente deverá promover articulação efetiva entre o Ministério da Educação, as secretarias estaduais e municipais e as universidades, de modo a possibilitar, entre outros, maior interação entre estas instituições, tendo em vista redimensionar e dar maior organicidade à formação inicial e continuada do professor e demais profissionais da educação.

Nesse contexto, faz-se necessário esforço integrado e colaborativo objetivando institucionalizar a formação continuada de professores e demais profissionais da educação. Nessa direção, o projeto de reforma universitária, apresentado pelo MEC em dezembro de 2004 (MEC, 2004), define que a educação superior compreenderá:

- I. Cursos de graduação, compreendendo licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia (...);
- II. Programas de pós-graduação, compreendendo cursos de mestrado e doutorado (...);
- III. Programas e atividades de extensão (...);
- IV. Programas de formação continuada, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior (...).

Desse modo, a base legal constituída aponta para um amplo sistema nacional de formação continuada de professores que possa colaborar na qualificação pedagógica da ação docente tendo em vista garantir uma aprendizagem efetiva condizente com os fins da educação escolar e com o efetivo direito à educação e à escola de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito tem-se discutido sobre o papel do professor como agente de transformação, porém, poucas instituições discutem o tipo de professor que pretendem formar e analisam criteriosamente os limites e as possibilidades da ação deste professor.

Alguns cursos que formam professores não veem seus alunos, futuros professores como intelectuais capazes de assumir responsabilidades pelas decisões relativas ao conteúdo que vão ensinar, à forma como ensinar e os objetivos destes. Deve-se facilitar ao professor a aquisição de uma linguagem lúdica tanto do potencial transformador do seu



trabalho, como das suas restrições, que não podem ser esquecidas ou minimizadas. Significa construir no futuro profissional a capacidade de utilizar procedimentos e criar alternativas que possibilitem contribuir para o melhor rendimento do aluno da classe trabalhadora na escola e para o seu engajamento no projeto de emancipação desta classe.

Freire (1975), nos diz que: o papel do educador não é o de “encher” o educando de “conhecimentos”, de ordem técnica ou não, mas sim, o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos.

Refletindo sobre as possíveis formas de tornar o futuro professor capaz de lidar com a cultura e a experiência de vida do aluno, surge a necessidade não apenas de formação, mas sim de especialização. Os professores que formam outros precisam estabelecer como pontos de partida de suas práticas a cultura e as experiências de seus estudantes, a cultura da classe trabalhadora, a realidade da nossa escola pública, bem como as condições e o processo de trabalho do professor nessa escola.

Em se tratando de educação a distância, temos que definir professor como agente de transformação, de igual forma. Para tanto usamos Belloni (2000), que nos diz que: algumas capacidades, tais como orientar a aprendizagem, motivar o aluno, conhecer as ferramentas tecnológicas, ser aberto a críticas, entre outras, são essenciais ao bom desempenho de um professor em EAD. Não basta apenas um discurso motivador e uma proposta de trabalho focado na construção do conhecimento, isto deve ocorrer sim, de forma conjunta com o aluno. É fundamental que este professor desenvolva habilidades de relacionamento interpessoal com abertura para o diálogo e negociação constantes durante a aprendizagem.

A construção de uma escola de qualidade, centrada nos interesses e necessidades dos alunos das camadas populares, evidencia o compromisso com um projeto educacional a ser desenvolvido com esses alunos, envolve a luta pela revitalização dos cursos de formação de professores, a luta por melhores salários, a luta pela transformação das relações de trabalho a que é submetido o profissional de ensino, bem como a aliança com outros setores organizados da sociedade civil.

## REFERÊNCIAS



ALVES, Nilda, (org). **Formação de professores: pensar e fazer.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELLONI, M.L. **Educação a Distância.** Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 135, n. 74, p. 7760-7761, 18 abr. 1997. Seção 1. Regulamenta o parágrafo 2 do art. 36 e os art. 30 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação: Referenciais de qualidade para Educação superior a distância. Brasília, Ago. 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/referenciaisqualidadeead.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria MEC n. 2.253, de 15 de outubro de 2001. Documenta, Brasília, n. 481, p. 218-219, out. 2001. Publicada no DOU, 19 out. 2001. Seção 1, p. 18. Dispõe que as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte utilizem método não presencial, com base no art. 81, da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer 17, de 03 de dezembro de 1997. Brasília, n. 435, 29-37, dez., 1997. Dispõe sobre as diretrizes operacional para a educação profissional em nível nacional.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica. Parecer 16/99, aprovado em 05 de outubro de 1999. Brasília, n. 457, p. 3-73, out. 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Ed. Alternativa, 2004.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Brasília, DF, 2003.



MOORE, Michel G., KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

NILDA ALVES (Org.). **Formação de Professores**: pensar e fazer. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Formação de professores e profissão docente**. Ed. Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Artigo recebido em 4 de dezembro de 2013.  
Aceito em 23 de dezembro de 2013.